



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DENISE OLIVEIRA SILVA SANTOS

**OS LABIRINTOS DO TRABALHO INFORMAL NA FEIRA LIVRE DE SANTANA
DO IPANEMA - ALAGOAS**

Santana do Ipanema-AL
2020

DENISE OLIVEIRA SILVA SANTOS

**OS LABIRINTOS DO TRABALHO INFORMAL NA FEIRA LIVRE DE SANTANA
DO IPANEMA - ALAGOAS**

Monografia apresentada para o colegiado do curso de Ciências Econômicas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus do Sertão – Unidade Educacional Santana do Ipanema.

Orientador: Professor Dr. Manoel Valquer Oliveira
Melo

Santana do Ipanema – AL
2020

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema**
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S2371 Santos, Denise Oliveira Silva

Os labirintos do trabalho informal na feira livre de Santana do Ipanema –
Alagoas / Denise Oliveira Silva Santos – 2020.

53 f. : il.

Orientação: Manoel Valquer Oliveira Melo.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) –
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 51- 53.

1. Mercado de trabalho. 2. Comércio informal. 3. Feira livre. 4. Santana do
Ipanema. I. Título.

CDU : 33

Folha de Aprovação

DENISE OLIVEIRA SILVA SANTOS

Os Labirintos do Trabalho Informal na Feira Livre de Santana do Ipanema - Alagoas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em (02) de (dezembro) de (2020).

Manoel Valquer Oliveira Melo

(Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo, UFAL) (Orientador)

Banca Examinadora:



(Prof. Dr. Rafael Rodrigues de Oliveira, UFAL) (Examinador Interno)



(Prof. Dra. Priscila Emanuele Falcão de Oliveira Menezes, UFAL) (Examinador Interno)

Dedico este trabalho à minha mãe Josete (*in memoriam*), a meu pai José Cicero e às minhas irmãs Daniela e Maria Vitória pela ajuda e motivação sempre acreditando na minha capacidade de crescimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e saúde.

Aos meus familiares pelo incentivo.

Às minhas amigas pelo companheirismo, de forma especial a Daniele, Danielle, Isabele, Júlia, Leidiane, Yrlla e nossa amada Elizete.

A todos os colegas e professores do curso pela dedicação.

Ao meu orientador Manoel Valquer O. Melo pela força e paciência.

Ao meu amigo Dayame Rodrigues pelo estímulo que mesmo de maneira indireta contribuiu significativamente para que eu conseguisse chegar até aqui, enfim, a todos (as) minha sincera gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa analisa aspectos socioeconômicos do comércio informal na feira livre de Santana do Ipanema, cidade do Sertão de Alagoas. Pontuamos que a informalidade tem um conceito amplo, vinculam-se as diversas atividades laborais, as quais são inseridas ao mercado de trabalho de modo extraoficial. Observa-se que a diversificação desse segmento como espaço do trabalho tem sido cada vez mais precarizado, creditam-se como frutos amargos das mudanças estruturais nas relações trabalhistas impostas de formas desiguais na contemporaneidade. No Brasil, a informalidade vem se apresentando como uma alternativa de enfrentamento dos trabalhadores urbanos e rurais ao desemprego. Para alcançarmos o objetivo do estudo, utilizamos uma experiência com 30 comerciantes, constituído por 20 homens e 10 mulheres. Por tratar-se de uma questão ética, a identificação desses sujeitos se dará de modo ficcional. A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de questionário. Identifica-se que na feira livre os comerciantes informais podem ser reconhecidos como feirantes, camelôs e ambulantes. A tipificação que caracteriza esses trabalhadores vai depender das formas de comercialização dos produtos, da inserção e do tempo de trabalho no mercado informal. Ao examinarmos a área urbana, os empregos formais, em sua maioria, estão vinculados ao setor privado, detectamos que o aumento da informalidade é fruto da falta de diversificação de outras frentes de trabalho formal no município de Santana do Ipanema. Por outro lado, as atividades concernentes ao comércio informal têm contribuído para o sustento das famílias locais, por permitir o aumento da renda e a possibilidade de trabalho para jovens e adultos que possuem dificuldades de ingressarem no mercado formal. De todo modo, deduzimos que o comércio informal local também é um retrato das desigualdades sociais, culturais, educacionais e econômicas presente no território alagoano.

Palavras-chave: Comércio informal. Feira livre. Mercado de trabalho. Semiárido de Alagoas.

ABSTRACT

This research analyzes socioeconomic aspects of informal trade in the free fair of Santana do Ipanema, a city in the interior of Alagoas. We emphasize that informality has a broad concept, are linked to the various work activities, which are inserted in the labor market unofficially. It is observed that the diversification of this segment as a workspace has been increasingly precarious, credited as bitter fruits of structural changes in labor relations imposed unequally in contemporary times. In Brazil, informality has been presented as an alternative to combat the unemployment of urban and rural workers. To achieve the objective of the study, an experiment was used with 30 traders, composed of 20 men and 10 women. Because it is an ethical issue, the identification of these subjects will occur in a fictitious way. The research was developed through the application of a questionnaire. It is identified that in the free fair, the informal merchants can be recognized as fairgoers, street vendors and street vendors. The typification that characterizes these workers will depend on the forms of marketing of products, insertion and working time in the informal market. When we look at the urban area, more formal jobs are linked to the private sector, we find that the increase in informality is the result of the lack of diversification of other formal work fronts in the municipality of Santana do Ipanema. On the other hand, the formal commercial activities have contributed to the support of local families, allowing the increase of income and the possibility of work for young people and adults who have difficulties to enter the formal market. In any case, we deduce that local informal commerce is also an image of the social, cultural, educational, and economic inequalities present in the Territory of Alagoas.

Keywords: Informal trade. Free fair. Labour market. Semi-arid region of Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Trabalhadores informais por categoria de gênero.....	31
Gráfico 2. Trabalhadores informais por categoria de idade.....	32
Gráfico 3. Trabalhadores informais por categoria de relação entre esse e outros trabalhos....	33
Gráfico 4. Trabalhadores informais por categoria de escolaridade	33
Gráfico 5. Trabalhadores informais que recebem ou não transferência de renda através do PBF.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A feira livre de Santana do Ipanema nos anos cinquenta.....	26
Figura 2. A feira livre de Santana do Ipanema em 2019.....	27
Figura 3. Mapa destacando a Rua na qual foi realizada a pesquisa.....	29
Figura 4 Bancas: fumo, variedades e alimentos.....	37
Figura 5. Banca de calçados e utensílios.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Arquivo Público de Alagoas
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CIET	Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ISSQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
MEI	Microempreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ZEIC	Zona Especial de Interesse Comercial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Notas acerca da precariedade do trabalho informal: uma revisão teórica.....	15
3 TRABALHADORES INFORMAIS DE FEIRA LIVRE: Percursos metodológicos.....	22
3.1 Caracterização da área de estudo.....	23
3.2 Feira livre como espaço simbólico de trabalho informal	25
3.3 Sujeitos da pesquisa: feirantes da feira livre de Santana do Ipanema.....	30
4 VOZES DA INFORMALIDADE: Construindo a política da narratividade.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A princípio, o nosso interesse em trabalhar com este tema surgiu devido às experiências pessoais com o comércio informal, onde atuamos desde a infância. Não é de bom-tom falar de uma experiência pessoal numa pesquisa acadêmica. Mas lembramos com certo saudosismo quando íamos juntos com o nosso pai colocar banca de roupa nas feiras livres, tanto daqui de Santana do Ipanema, quanto de outras cidades próximas, como Dois Riachos, Pão de Açúcar, São José da Tapera e Palestina. Nesse período, adquirimos certa experiência e gosto pelo trabalho desenvolvido, aprendemos também a valorizar e dar à devida importância de manter-se ativa, no sentido de ajudar na composição da renda familiar.

Desde cedo, foram-se impostas muitas responsabilidades, talvez até demais para uma adolescente, mas enfim, nos orgulhamos da mulher que nos tornamos. Hoje atuamos como Microempreendedora Individual (MEI) no mercado formal, com comércio varejista de confecções e tecidos. Contudo, sabe-se que nem todos os comerciantes informais conseguem atingir tal propósito, mediante a situação de precariedade do trabalho. Assim justificam-se, os aspectos iniciais que nos levaram a se debruçar sobre a temática em questão.

A presente monografia visou analisar os contrastes do comércio informal na feira livre de Santana do Ipanema, cidade do Sertão alagoano. À primeira vista, observa-se que esta atividade comercial vem crescendo de forma exponencial na paisagem urbana. Destacando-se quando se observa acerca das atividades dos camelôs (trabalhadores ambulantes), onde os espaços designados para este tipo de trabalho, geralmente sem permissão do poder público, têm instalações provisórias que ocupam ruas e calçadas da feira. Do ponto de vista da ocupação no espaço da feira, quase sempre são observados de forma negativa, pois sua inserção no comércio informal dar-se de forma clandestina, com bancas improvisadas de produtos, vendem-se as mercadorias sem possuir um local fixo. A atividade desenvolvida por esse trabalhador ambulante acontece de forma adaptativa, seguindo-se no fluxo da procura por consumidores dos seus produtos, bem como para fugir dos órgãos fiscalizadores.

Para caracterizar o espaço de pesquisa, *a priori*, sabemos da dura realidade que perpassam os municípios do Semiárido de Alagoas, onde tem apresentado um escasso mercado de trabalho formal, e que a cada dia tem se tornado estritamente limitado. Por outro lado, salientamos que a informalidade se tornou uma tábua de salvação, uma vez que os munícipes buscam nessas atividades como única alternativa de ingressar ao mercado de trabalho, ainda que seja de forma precarizada. Diante das primeiras constatações, o fenômeno

desse comércio em expansão é uma realidade a ser explorada do ponto acadêmico neste trabalho.

Numa feira livre o ponto nodal é a circulação de mercadorias e dinheiro para a manutenção da própria feira. Porém, não se abstém de outras finalidades, a feira livre é um lugar de sociabilidade, de trocas simbólicas, reprodução social, exploração humana, entre outros.

O nosso intento não foi de categorizar as representações sociais identitárias da feira. Na realidade buscou-se estabelecer alguns parâmetros diversificados e heterogêneos que compõem as atividades na feira livre do interior de Alagoas. Indubitavelmente, as atividades informais proporcionam empregabilidade para as famílias locais e possui particularidades no espaço em que se desenvolve. Não se restringindo, necessariamente aos trabalhadores ambulantes com a comercialização de miudezas e bugigangas. Pois, sabe-se, que o comércio informal é heterogêneo, englobando-se desde pequenas microempresas até organizações familiares.

Na medida em que o comércio popular se expande, traz-se consigo alguns problemas característicos sob o jugo do trabalho informal, a saber: ausência de registros oficiais, assinatura da carteira de trabalho, emissão de notas fiscais, contribuição sindical e contrato social de empresa, jornada de trabalho não equivalente, entre outros. Portanto, o trabalho informal não se limita à atuação dos camelôs, incluem-se todas as atividades financeiras desprovidas de registros na feira livre. Com isso, não há férias nem décimo terceiro e o indivíduo é quem faz seu horário de trabalho. Aqui o trabalho é precarizado, engana-se na máxima ilusória do senso comum que é melhor “trabalhar por conta própria, porque não se depende de horário e nem chefe”, é um ledor engano no cenário ditatorial do modo de produção capitalista e seus mecanismos financeiros de controle.

Com o desenvolvimento econômico das atividades informais em face da crise do desemprego, evidencia-se que há também um aumento do número de famílias inseridas na informalidade. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003), que tratou sobre a informalidade no Brasil, as relações de emprego no setor informal são, sobretudo, fundadas no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais e não em acordos contratuais que fixem garantias.

O comércio ambulante não está exclusivamente a serviço de uma reprodução informal do trabalho com menores preços e qualidade inferior, mas funciona como um tipo de comerciante intermediário para a produção formal, de modo que os vendedores ambulantes têm que ir às lojas ou fábricas para adquirir suas mercadorias para posteriormente exercerem

suas atividades de revenda, tal aspecto coloca o vendedor ambulante em uma posição única, onde por muitas vezes, oferece uma ameaça à concorrência do comércio formal. Em meio à multidão heterogênea de trabalhadores informais na feira livre, vemos à primeira vista, a função desse trabalhador de proporcionar para sua clientela vantagens decorrentes de sua condição de informalidade, como por exemplo, os vendedores ambulantes são capazes de ofertar os mesmos produtos, com a mesma qualidade a preços inferiores aos praticados no comércio formal, devido aos fatos de no setor informal não serem pagos tributos, alguns dos produtos possivelmente são adquiridos de forma ilícita, o que pode ocasionar problemas com a justiça, além disso, não possuem outras despesas como aluguel e funcionários fixos.

Preliminarmente, ao descrevermos a feira livre de Santana do Ipanema, esta ocorre de forma bem diversificada na área central da cidade, com a circulação de muitas pessoas, a saber, vendedores, compradores e transeuntes. No local são comercializados não apenas frutas, verduras e legumes, como também diversos outros itens como roupas, calçados, utensílios domésticos, brinquedos, entre tantos outros produtos, visando assim atender as mais diversas e exigentes clientelas.

Dito isto, a feira também é um espaço democrático onde se encontram vários tipos de comerciantes, desde aqueles grandes feirantes que fazem a distribuição de alimentos para que outros feirantes possam efetuar a venda dessas mercadorias, como também os pequenos produtores que vêm para a feira livre a fim de comercializar suas mercadorias, assim como há também uma grande diversidade de classe social de pessoas que a frequentam, que vão desde as mais humildes até as mais abastadas.

Com relação aos clientes frequentadores da feira livre são comumente chamados de fregueses, observamos que existem aqueles que mantêm a tradição de ir à feira toda semana e alguns que vão apenas esporadicamente procurar algo específico, uma coisa é certa, o que vemos muito na feira livre é aquela famosa pechincha, que é a barganha entre os vendedores ambulantes e o freguês.

Os aspectos mediadores que serão explorados no decorrer deste trabalho, na primeira seção apresentam-se notas acerca da precariedade do trabalho informal. Na segunda parte, descreveremos os percursos metodológicos, destacando-se os aspectos do território de análise, apontam-se o espaço da feira livre com suas características simbólicas, culturais e de sociabilidade do comércio popular local. Neste itinerário, apresentam-se os sujeitos da pesquisa através de gráficos e imagens. A seção seguinte é mediada pela política da narratividade dos trabalhadores informais, propõem-se compreender a partir das falas os mecanismos recriados pelo comércio ambulante para manter-se como parte do mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Notas acerca da precariedade do trabalho informal: uma revisão teórica

No comércio informal, o trabalho pode ser visto como uma via de mão dupla. Dada à devida proporção, em primeiro lugar, engloba-se dentro de uma fórmula de empregabilidade que é negativa em decorrência de suas ilicitudes trabalhistas. No segundo modo, passa-se a suprir à escassez de trabalhadores num comércio popular em ascensão. Deduz-se destas afirmações sobre o setor do mercado informal, se, por um lado promove desenvolvimento socioeconômico, por outro lado, pode-se estar vinculado necessariamente às atividades escusas, praticadas à revelia das leis trabalhistas, ou até atividades de fachadas para práticas criminosas. Não se pretende criar juízo de valor acerca desse mercado de trabalho, pois estão todos submetidos à narrativa da escassez do trabalho formal advinda da ditadura do capitalismo contemporâneo. Sabe-se que como resultado da escassez de mão de obra especializada, surge-se o retrato da precariedade do trabalho, tal como foi apregoado por Bourdieu (1998).

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. A esses efeitos da precariedade sobre aqueles por ela afetados diretamente se acrescentam os e feitos sobre todos os outros que, aparentemente, ela poupa (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Nesse contexto, não se deve desconsiderar que a desvalorização do trabalho no setor informal é enunciada como parte das regras do capitalismo, que garante os mecanismos da competitividade e produtividade para a sua manutenção nas cadeias globais. Como parte mediada pela estrutura capitalista, as atividades dos trabalhadores informais, apresentam-se desempenhando um papel fundamental na nova morfologia do trabalho no Brasil, como cita Antunes (2014). Mesmo considerando um país com suas riquezas naturais incalculáveis, o cenário é de escassez na reprodução social do trabalho. Visto que o Estado brasileiro segue os

ditames da economia neoliberal, com as privatizações insanas que corroboram com o comprometimento de novas frentes de trabalho em face de um mercado em crise, complexo e altamente ameaçador. No tocante à organização política desses trabalhadores, sabe-se que:

Os desempregados e os trabalhadores destituídos de estabilidade não são passíveis de mobilização, pelo fato de terem sido atingidos em sua capacidade de se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais, a começar pelo cálculo econômico, ou, em uma ordem completamente diferente, pela organização política (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Em decorrência do processo de expansão do trabalho informal, põem-se em jogo as condições objetivas impostas que ocorreram na estrutura produtiva e nas relações trabalhistas ao longo do tempo, com a constante precariedade e subutilização da força de trabalho na sociedade brasileira. Devemos tratar o conceito de informalidade juntamente com outros componentes da realidade social local, como as crenças, os costumes e a economia local, por exemplo. A elaboração deste estudo acerca do tema não pode ser concebida somente a partir de fatores econômicos deterministas.

Embora possua características semelhantes em vários lugares do mundo, o mercado de trabalho informal expressa aspectos peculiares que precisam ser levados em conta, sobretudo, o espaço e o tempo de trabalho. A identificação da estrutura local é imprescindível para a determinação das formas de manifestação da informalidade em diferentes localidades, levando-se sempre em conta as representações familiares, novas institucionalidades, as estruturas produtivas de ocupação e de renda, entre outros diversos aspectos específicos dos grupos e classes sociais.

Além disso, o desemprego e o desempregado obcecaram o trabalho e o trabalhador. Temporários, substitutos, supletivos, intermitentes, detentores de contratos de duração determinada, interinos na indústria, no comércio, na educação, no teatro ou no cinema, mesmo que imensas diferenças possam separá-los dos desempregados e também entre si, todos eles vivem com medo do desemprego, e, muitas vezes, sob a ameaça da chantagem exercida sobre eles pelo desemprego. A precariedade torna possíveis novas estratégias de dominação e exploração, fundadas na chantagem da dispensa, que se exerce hoje sobre toda a hierarquia, nas empresas privadas e mesmo públicas, e que impõe sobre o conjunto do mundo do trabalho, e especialmente nas empresas de produção cultural, uma censura esmagadora, impedindo a mobilização e a reivindicação (BOURDIEU, 1998, p. 78).

Decorrem-se, no que tange os aspectos regionalizados do modo de reprodução do trabalho, apontam-se trajetórias diversas, mas que têm sido historicamente determinadas pela precariedade, que sejam pela presentificação de uma economia que se sustenta pelo mercado formal e informal. E a troca é quase sempre desigual do ponto de vista da exploração da força de trabalho.

Para Cacciamali (2000), mesmo o conceito de informalidade sendo algo recente, as atividades informais surgem no Brasil a partir da década de 1980 devido às mudanças na estrutura produtiva e pela maior abertura da economia brasileira ao mercado internacional. Para a autora, o trabalho informal é considerado o trabalho autônomo que persiste até a atualidade no interior da produção capitalista. Logo, diante da situação vivida pela economia nacional e mundial, os trabalhadores precisaram se reorganizar para adentrarem nesse novo “mundo do trabalho”, resultando assim no surgimento de novas formas de organização do trabalho, como é o caso da diversidade nas atividades informais. Neste expediente,

A partir de 1991, a economia brasileira alterou drasticamente sua relação com o desemprego mundial. Em 1999, representou 5,61 por cento do total do desemprego no mundo, apesar de contribuir com 3,12 por cento na PEA global. Em contrapartida, no ano de 1986, por exemplo, a participação do Brasil no desemprego mundial foi estimada em 1,68 por cento, enquanto representava 2,75 por cento da população ativa mundial. Em 1975, os trabalhadores brasileiros sem-emprego representavam 1,81 por cento do desemprego mundial e a PEA nacional 2,50 por cento da força de trabalho global (POCHMANN, 2001, p. 88 e 89).

Como se observa, a década de 1990 foi marcada pelo intenso crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras. Atrelado a esse processo houve também o aumento de outras formas de trabalho não regulamentado, tais fatos podem ser compreendidos como partes de um contexto de precariedade da reprodução do trabalho. Essas mudanças no mundo do trabalho fizeram com que cada vez mais a atividade se complexificasse diante da realidade vivenciada por esses trabalhadores, exigindo-se assim grandes esforços no sentido de melhor compreender os fenômenos sociais em curso.

Para ilustrar o entendimento, pode-se recorrer ao índice da População Economicamente Ativa (PEA)¹ que é um importante dado de mensuração que auxilia no entendimento da dinâmica do emprego e geração de renda no território brasileiro, através deste mecanismo, podem-se obter dados sobre a real situação dos níveis de desemprego no país, além de possibilitar que se estabeleçam diversas incursões, por exemplo, a presença da mulher no mercado de trabalho, o modo de inserção do jovem economicamente ativo no setor trabalhista. Salientamos que é como se existisse um exército de reserva de trabalhadores sempre dispostos a ocupar e assegurar sua vaga de trabalho. Seguindo a perspectiva dessa abordagem:

Se é verdade que o capitalismo nos trouxe alguns benefícios, também é verdade que acarretou inúmeras perversidades sociais, onde podemos incluir, por exemplo, diversas assimetrias que estão na base da pobreza e da exclusão, além de

¹ Conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

promoverem uma competitividade empresarial exacerbada, o desemprego e a precariedade (AREOSA, 2017, p. 245).

Nesse sentido, Montali (2003) enfatiza a não expansão das oportunidades de trabalho como contribuinte para a maior inserção das famílias na economia informal. A autora afirma que a partir da década de 1980, houve o crescimento da participação no mercado de trabalho de vários componentes da família, não mais somente o "chefe". Nesse entendimento, pode-se afirmar que a

Redução do emprego direto na produção e maior subcontratação de trabalhadores; alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores), que implica na redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outras; alteração da organização interna do trabalho: há redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado nas atividades secundárias, que implica na redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão e maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários e a redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros) (POCHMANN, 1999, p. 35 e 36).

No descompasso das mudanças estruturais e tecnológicas, os setores produtivos e organizacionais refletem diretamente no mundo do trabalho, de forma a afetar as taxas de emprego formal e de desemprego. Tendo em vista que a reprodução social do trabalho pode demonstrar o nível de desenvolvimento ou não de uma determinada população.

Se o trabalho que cada um realiza na sociedade é o seu contributo para o bem coletivo, logo, quando alguém quer trabalhar e está impedido de o fazer por uma alegada 'falta de trabalho', há uma diminuição da qualidade de vida da população (AREOSA, 2017, p. 246, grifo do autor).

De acordo com o que foi observado em uma pesquisa realizada pelo IBGE (2003), sobre a informalidade no Brasil, podemos classificar as relações de emprego no setor informal como sendo estabelecidas em sua maioria por meio de empregos ocasionais ou por parentesco, sem a existência de acordos contratuais que fixem quaisquer tipos de garantias. Há controvérsias, mas ainda se discute sobre uma verdade inconveniente desta atividade humana, a etimologia da ordem conceitual da palavra trabalho advém do latim *Tripalium* (instrumento de tortura para os escravos). Tal ancestralidade perversa, no período moderno vai aparecer como uma categoria de análise sociológica e será redefinida com vieses polissêmicos:

De modo simplificado pode afirmar-se que o trabalho tem duas funções sociais primordiais: a produção de bens ou serviços e a reprodução social. Podemos compreender o trabalho como o contributo que cada ator social oferece à sociedade, recebendo em troca os frutos desse mesmo esforço. Contudo, a referida troca está, em muitos casos, longe de ser justa e proporcional (AREOSA, 2017, p. 241).

Diante desta intersecção, o modo de trabalho segue-se com o estigma que a informalidade carrega como um setor invisível no território da feira livre. O comércio popular pode apresentar produtos de baixa qualidade e procedência, bem como a ilegalidade e a extorsão, aliando-se a esses fatores uma mistura de atividades produtivas e comerciais realizadas sem o cumprimento das leis reguladoras de formalização do trabalho, e em alguns casos ocorre realização de atividades abertamente ilícitas, como no caso da venda de produtos pirateados e contrabandeados de forma aberta. Para além de correlacionar o desemprego e a informalidade com a falta de capacidade organizacional, tem-se o entendimento que:

Mas o desemprego está longe de representar apenas a nossa alegada falta de capacidade para organizar as sociedades; ele serve para lembrar constantemente aos trabalhadores que ter emprego é um privilégio cada vez mais escasso e que quem ainda trabalha está muito longe de ser insubstituível. Esta constante ameaça oriunda do mercado de trabalho serve para desmoralizar e desmobilizar eventuais práticas subversivas das massas. Parece que não restam dúvidas que o desemprego é uma forma eficaz de controle social (AREOSA, 2017, p. 247).

No tocante à informalidade, como conceito amplo, envolvem-se inúmeras atividades relacionadas ao mercado de trabalho. Como exemplo ilustrativo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (IBGE, 2020), apontam-se como outras formas de trabalho de brasileiros maiores de 14 anos, independente da situação de ocupação, abrangem-se, a saber: afazeres domésticos, trabalho voluntário, cuidado de pessoas e a da produção para o consumo.

Considerando que o aumento do trabalho no setor informal no Brasil expressa nitidamente o processo de precariedade decorrente de mudanças na estrutura produtiva e nas relações trabalhistas atuais. Reafirma-se que o comércio popular dentro desta perspectiva é resultante da crise socioeconômica e política, mas principalmente das desigualdades sociais presentes no território brasileiro. A definição primeira de trabalho informal foi titulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1973, de acordo com o órgão:

O setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital (nenhuma, ou quase nenhuma barreira de entrada), técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de qualificação profissional. (OIT, 1973)

Inegavelmente, pode-se constatar que o setor informal tem baixa qualificação profissional, mas não se pode pensar como uma sentença, pois muitos desses profissionais podem estar atuando no mercado por falta de oferta nas suas respectivas funções. Segundo a 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal são: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso. Diante disso, vamos ao encontro da ideia dessa nova morfologia do trabalho.

Se a informalidade (que em nosso entendimento ocorre quando o contrato de trabalho não obedece à legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo de precarização, sua vigência (da informalidade) amplia e intensifica ainda mais o processo de precarização. E os mais diversos mecanismos de flexibilização do trabalho têm sido importante instrumental utilizado pelas empresas para burlar a legislação social do trabalho (ANTUNES, 2014, p. 40, grifo do autor).

Devido ao desemprego e à exploração dos trabalhadores, aparecem tais formas de organização do trabalho, como no caso do setor informal, cujas atividades estão à margem da formalidade, não possuem firma registrada, nem emitem notas fiscais, nem empregados registrados e não contribuem com impostos para a gestão da cidade. A exploração da mão de obra, as formas indignas do trabalho, mas também como um modo de vida para sair da crise do trabalho. De acordo com Santos (2010),

Na atual fase de acumulação do capital, as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam, simultaneamente, sua organização e as relações sociais nas quais ela se insere, refletindo fortemente na relação entre trabalho formal e informal [...] as características da informalidade no Brasil estão interligadas a problemas sociais como desigualdade e pobreza, uma vez que as pessoas que compõem a informalidade, em geral, são aquelas que não tiveram oportunidade de inserção no mercado formal (SANTOS, 2010, p. 17).

Todavia, mesmo diante dessas condições de um trabalho precarizado, a informalidade é talvez a única alternativa encontrada por muitas famílias. Como veremos adiante, pois se permitem que se ajudem no desenvolvimento da economia doméstica. Dessa forma, as atividades desenvolvidas no setor informal possuem papel social e econômico por contribuir na reafirmação social das famílias participantes da pesquisa, como veremos adiante.

Ressaltamos que o conceito do trabalho informal será analisado dentro do contexto de uma feira livre. O intuito de pesquisar a tradição desse comércio popular busca novas

narrativas na perspectiva de ressignificar o lugar da feira, o espaço ocupado e a reprodução social de um grupo de trabalhadores excluídos do processo político do trabalho formal.

3 TRABALHADORES INFORMAIS DE FEIRA LIVRE: percursos metodológicos

Neste itinerário metodológico foi despertada a nossa experienciação como próprio objeto do estudo, a operacionalização desta pesquisa também partilhava com a nossa história de vida no sentido autobiográfico. De outro modo, a modalidade de pesquisa tinha algo assemelhava a uma pesquisa participante².

Para fundamentar com base numa perspectiva qualitativa sobre o objetivo da pesquisa, fez-se necessária uma revisão teórico-conceitual sobre a temática, através de consultas, leituras, e análise de artigos e livros, como os trabalhos de: Pierre Bourdieu (1998; 1989), Cacciamali (2000), Guimarães (2002), Montali (2003), Antunes (2014) e Areosa (2017).

A segunda etapa foi o reconhecimento e caracterização da área de estudo, realizando observações para obter informações sobre a dinâmica informal, principalmente em relação às condições de trabalho. Para isso, foi realizada pesquisa de campo, no sentido de uma investigação exploratória, com o objetivo de delimitar a área estudada e ter maior conhecimento com o ambiente analisado. O registro imagético também fez parte da pesquisa para auxiliar na explicação do objeto de estudo.

Outra etapa da pesquisa se deu com a coleta de dados através da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, junto a 30 trabalhadores informais, que se identificaram como feirantes. Foram escolhidos os feirantes que trabalham na Rua Sinhá Rodrigues, no centro da cidade. A escolha deu-se devido à grande variedade de produtos comercializados naquela área, que vão desde gêneros alimentícios, confecções, calçados, objetos de couro, utensílios domésticos, acessórios, brinquedos, entre outros. A aplicação dos questionários foi feita em dois dias de feira-livre na cidade (quarta e sábado) bem como o registro fotográfico que também foi feito nos respectivos dias, porém em semanas distintas.

Foram convidados a responder os questionários trabalhadores que atuam com diversos tipos de mercadorias, com faixa etária variável e de ambos os sexos, a fim de obter uma diversidade nas respostas, o que torna a pesquisa mais abrangente, e consequentemente, mais instigante. Em sua maioria foram bastante receptivos e simpáticos, apenas alguns não demonstraram muito interesse, mas responderam à pesquisa mesmo assim. Ressaltamos que não houve recrutamento para os participantes da pesquisa, inclusive, serão identificados de forma anônima. Como forma de objetivar este estudo de caso, a abordagem também lançará mão de dados quantitativos, apresentados na forma de gráficos. A questão a ser pensada,

² “O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 120).

portanto, é a seguinte: os trabalhadores informais nutrem garantias de mão de obra para o cenário de escassez e precariedade do trabalho na feira livre local? Ainda que exista uma ausência de um pacto equitativo do modo de reprodução do trabalho, recomposto como parte do controle social da ditadura do capital, os trabalhadores ambulantes não devem ser considerados como sujeitos apassivados.

3.1 Caracterização da área de Estudo

Não pretende-se fazer uma análise etnográfica, mas iniciamos esta seção com alguns antecedentes historiográficos referentes à antiga vila Ribeira do Panema. A capacidade de adaptação da aglomeração humana em torno do rio Ipanema, permitiu-se às condições ideais para que se elevasse a categoria cidade, hoje denominada Santana do Ipanema. Na dinâmica impiedosa de suor e sangue imposta pelos colonizadores, contam-se, que os primeiros habitantes etnicamente reconhecidos neste território foram os índios Carnijós ou Fulni-Ô, etnias semelhantes aos remanescentes indígenas das tribos que ocupavam a serra de Águas Belas, em Pernambuco. Citam-nos que eram arredios e possuíam comportamento não tão sociáveis. Habitavam às margens do rio Ipanema, mas foram expulsos nas primeiras incursões que os bandeirantes paulistas realizaram para o Rio São Francisco, entre os anos de 1656 e 1661. Com a ocupação das terras pelos colonizadores, em 1658, surgiram os primeiros proprietários de áreas privadas na região que hoje é Santana do Ipanema (IBGE, 2020, Ticiaele, 2015; Campos & Sobrinho, 2001).

Em 24 de Abril de 1875, a freguesia do Ribeira do Panema, tornou-se com *status* a categoria de Vila pela resolução nº 681, desmembrando-se do território de Traipu, com estrutura própria político-administrativa, com poderes para arrecadar tributos, prestar contas deles ao erário estadual, eleger intendentess (atualmente prefeitos) e conselheiros (atualmente vereadores) (IBGE, 2020).

Para fins geopolíticos, atualmente, o município de Santana do Ipanema está localizado na Mesorregião do Sertão alagoano, apresentando-se com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – de 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo em relação a outros municípios que têm o mesmo número de habitantes. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é o índice de Longevidade, com o percentual de 0,770, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de Educação, com índice de 0,463. Ocupando assim a 4372ª (Quadringentésima trecentésima

septuagésima segunda) posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Já a nível de Estado, ocupa a 21ª posição entre os 102 municípios alagoanos.

A renda *per capita* média de Santana do Ipanema cresceu 134,09% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 125,53, em 1991, para R\$ 188,57, em 2000, e para R\$ 293,85, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,58%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,63%, entre 1991 e 2000, e 4,54%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 passou de 76,17%, em 1991, para 68,71%, em 2000, e para 47,02%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,68, em 2000, e para 0,61, em 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,02% em 2000 para 59,91% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,32% em 2000 para 8,65% em 2010. Com relação as questões referentes ao trabalho e a renda, temos que em 2010, 69,15% da população encontrava-se em situação de vulnerabilidade social e pobreza extrema, enquanto que 68,48% de pessoas de 18 anos ou mais não possuíam o Ensino Fundamental Completo e estavam atuando em ocupação no setor informal. Todos os dados acima apresentados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

De acordo com as estimativas de dados demográficos do IBGE, em 2020, o município de Santana do Ipanema, poderia contar com uma população de 47.486 (Quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e seis) habitantes. No tocante aos aspectos relativos de trabalho e rendimento, tem-se que em 2016, o salário médio mensal era de 1,8 salários-mínimos. A quantidade de pessoas ocupadas era de 4.896 (Quatro mil e oitocentos e noventa e seis) pessoas, o que representa a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 10.2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 51.7% da população.

A informalidade existe como alternativa de emprego para muitas famílias no município de Santana do Ipanema/AL, tendo em vista que a maioria dos empregos formais ofertados no município está vinculada ao setor público, seguido de comércio e serviços.

Ao examinarmos de perto a feira livre da cidade de Santana do Ipanema, a informalidade está presente, sendo uma opção de fonte de renda para muitas famílias, já que a cidade possui um número limitado de empregos formais – segundo dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) apenas 10,2% da população santanense são ocupados, ou como funcionários públicos, ou nos setores de comércio e serviços.

3.2 A Feira livre como espaço simbólico do trabalho informal

As feiras livres são lugares propícios para a circulação de mercadorias. Todos os dias têm feiras livres nos recônditos do Brasil e do mundo. De modo que todo dia é dia de feira para os trabalhadores ambulantes. Esse culto que tem origem no período medieval, deriva-se do latim *feria*, significa dia santo, feriado. O descanso era uma estratégia para atrair o maior fluxo de pessoas nos espaços públicos. Focalizando-se na feira livre da cidade de Santana do Ipanema, percebem-se uma aglomeração populacional provisória e intermitente na área urbana da cidade. A feira livre acontece em dias diferenciados nas quartas-feiras, sextas-feiras e aos sábados. Os encontros semanais são impreterivelmente cultivados para suprir as necessidades domésticas, comerciais e simbólicas da população desta região sertaneja do Brasil. Pode-se afirmar, que tornou-se um patrimônio cultural da localidade. Do ponto de vista da sua expansão e do aumento no mercado popular de trabalhadores informais, sabem-se que os aspectos sociopolíticos têm nutrido uma reorientação dessa identidade social correlacionada ao tipo de trabalho desempenhado. Neste caso:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo (BOURDIEU, 1989, p. 124).

O espaço social da feira livre disponibilizado ainda na primeira metade do século XX, tornou-se estratégico, pois ninguém sairá daquele lugar com as mãos abanando. O dia de feira livre é um dia significativo para os munícipes e para os visitantes das circunvizinhanças. Aproximem-se fregueses, aqui nós temos de tudo. Às vezes os transeuntes se acotovelam pelos labirintos da feira livre. Salientamos que a clientela é fiel, compram-se pela confiança na palavra dos feirantes. Para os frequentadores mais exigentes, a relação de compra e venda é cativada pela procedência e a boa qualidade dos produtos. Aqui as relações sociais e os

mecanismos de produção e troca funcionam definidos pelos objetivos imediatos da vida cotidiana dos sujeitos:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes; os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Pode-se igualmente pensar que a materialidade da feira livre se fez condizente com a interação assimétrica da urbanização dos espaços sociais recriados dentro da cidade do interior alagoano. Sob um olhar imágético, seguem-se duas paisagens do lugar em períodos distintos. Na primeira ilustração (**Fig. 1**), deduz-se que o predomínio da demanda de consumidores têm uma relação de dependência da compra e venda para com o autoconsumo.

Figura 1 – A feira livre de Santana do Ipanema nos anos cinquenta



Fonte: Japson de Almeida, Acervo do Arquivo Público de Alagoas (APA), 1958.

Na feira livre, nem tudo é evidenciado, observam-se que há algo ilustrativo nos anos cinquenta, uma espécie de desorganização por metro quadrado. O mapeamento caótico se

diluía entre compradores, atravessadores e consumidores. Mas não existia crise que permitisse destituir a sua concepção de feira livre. A forma de relacionar-se com a produção e o sistema econômico da época os obrigavam a possibilidade da prática do escambo, ou seja, troca de mercadorias sem fazer uso da moeda corrente.

Assim o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto de *sistema simbólico* que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em distinção significativa. O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* (BOURDIEU, 1989, p. 144).

Com o passar dos anos a quantidade de vendedores em dias de feiras aumentaram significativamente, daí fez-se necessária a intervenção do poder público, no sentido de melhorar e reorganizar o referido espaço público onde ocorriam as feiras semanais, pois como observamos na (**Fig. 1**) havia um amontoado das mais variadas mercadorias dispostas desorganizadamente, além da circulação dos carros de boi pelo meio da feira, prejudicando assim o passeio público. Considerando-se dentro do contexto de reordenamento territorial da área urbana, o poder público interveio também no sentido de arrecadar tributos, os quais deveriam ser destinados a organizar o espaço social da feira.

Por outro lado, se pensarmos a feira como espaço regionalizado e tradicional, o centro de gravidade é a questão da homogeneização das feiras livres como modelos padronizados da nova ordem global, seguem-se a logística do mercado da ilusão. Um ponto a ser destacado, remete-nos a questão de o comércio popular não divergir para fortalecer a intervenção do Estado no momento da regulamentação e da acumulação de quem tem posses. Visando correlacionar a feira livre a partir de um enquadramento semelhante ao recorte imagético da (**Fig. 2**), evidentemente que é outra paisagem, considerando-se a dinâmica social do espaço após sessenta anos:

Figura 2 – A feira livre de Santana do Ipanema em 2019



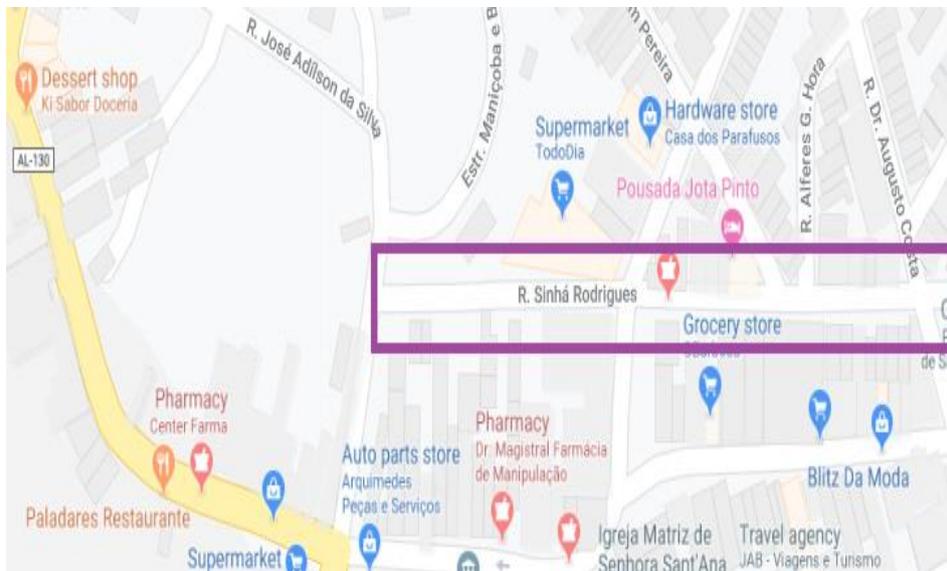
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Salienta-se que não se pretende fazer uma análise etnográfica da fotografia no espaço e no tempo. Ao contrário, tenta-se sintonizar elementos significantes do ponto de vista simbólico. Mesmo que em outra época é possível nos reportar o registro da informalidade presente em ambas às imagens. Evidenciam-se na (**Fig. 2**), edificações com novas fachadas e novas mercadorias; o traçado das ruas; às mudanças na transição de carros de boi por veículos automobilísticos, inclusive para o transporte de mercadorias, as barracas de exposição dos produtos, entre outros.

Do ponto de vista socioeconômico, nomeadamente o trabalho informal tem resistido como alternativa de reprodução do trabalho para muitas famílias da localidade. Como já citamos anteriormente, a maioria dos empregos formais ofertados no município está vinculada ao setor público e de comércio e serviços. Integrando-se a este território de disputa, os trabalhadores informais são os mais precarizados e não passam despercebidos.

Seguindo a obrigatoriedade dos parâmetros da política nacional de desenvolvimento urbano a partir da lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001). O município de Santana do Ipanema teve que elaborar o seu Plano Diretor, a ação permitiu fazer o planejamento e gestão do solo urbano. De acordo com o parcelamento do solo, o espaço que se localiza a feira livre ficou inserido nas Zonas Especiais de Interesse Comercial – ZEIC. A seguir um recorte espacial da área do estudo:

Figura 3 – Mapa destacando a Rua na qual foi realizada a pesquisa



Fonte: Google Maps, 2019.

Estando situada no parâmetro da ZEIC 2 a área de estudo da presente monografia. De acordo com o disposto no Plano Diretor de Santana do Ipanema Lei nº 744/2006, em seu Anexo VI faz a descrição perimétrica da ZEIC 2, ficando assim determinado que:

II. ZEIC 2 - Tem início na intersecção entre a Rua Ministro José Américo e a Rua Tertuliano Nepomuceno, percorrendo a mesma até o encontro com a Rodovia BR-316; deflete à esquerda percorrendo a Rodovia BR-316; deflete à direita e percorre Rua Sem denominação até a intersecção com o Riacho Camoxinga; desse ponto segue em linha reta paralela à Rodovia BR-316, locada 300 metros do eixo até o encontro da Rua Manoel Aquino Melo; deflete à direita para percorrer as Ruas Manoel Aquino Melo, Marinita Peixoto Noia, Josefa Leite e Sinhá Rodrigues; deflete à esquerda para encontrar o ponto inicial (PLANO DIRETOR, 2006).

No que diz respeito à legislação municipal de Santana do Ipanema, o local desta análise, de acordo com o disposto na Lei do Município de Santana do Ipanema/AL nº 747 de 26.12.2006 que modifica o Código Tributário Municipal de Santana do Ipanema-AL, adequando-se a nova legislação vigente do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Em sua Seção VIII, que trata da Taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante temos o seguinte, no artigo 126:

Art. 126. O comércio eventual ou ambulante poderá ser licenciado, desde que não seja inconveniente ou prejudicial ao comércio estabelecido no Município.
Parágrafo único. Para fins deste artigo, considera-se como comércio ambulante:

- I - O eventualmente realizado em determinadas épocas, notadamente as de festejos populares;
- II - O eventualmente realizado em instalação de caráter provisório;
- III - O realizado individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa (LEI DO MUNICÍPIO, 2006).

Notamos que na realidade o que é observado não é exatamente o que está previsto em lei, pois de certa forma o comércio ambulante torna-se inconveniente para o comércio formal, por conta que ao colocarem suas bancas amontoadas nas frentes das lojas eles atrapalham um pouco a livre circulação dos clientes desses estabelecimentos, e em alguns pontos as bancas estão presentes todos os dias da semana e não apenas nos denominados dias de feira. Salientamos que cada entidade da federação cria suas próprias legislações no tocante aos trabalhadores ambulantes. Em 2018, foi apresentado na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei – PL que disciplinava as atividades desses trabalhadores, mas até então não se tem uma legislação em âmbito nacional. Desta feita, entende-se:

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo socialmente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

3.3 Sujeitos da pesquisa: feirantes da feira livre de Santana do Ipanema

As particularidades da feira livre de Santana do Ipanema estão justamente no fato da mesma estar situada no centro da cidade, espaço onde são abrigadas as mais diversas funções e atividades, onde tanto a população local quanto a de municípios próximos vêm em busca de produtos, acreditam-se de que aqui terão suas necessidades atendidas e também pelo fato da grande variedade de produtos ofertados no atacado ou varejo.

Observam-se pontos negativos no quesito a falta de organização, primeiro pelo modo como são alocadas as bancas dos trabalhadores ambulantes (feirantes), pois não existe uma separação por áreas específicas, ou seja, o que deveria ser comercializado separadamente fica tudo junto e misturado, a saber, confecções, frutas, hortaliças e calçados, etc., o que torna a feira livre um local desorganizado de comercialização, mas em meio a tudo isso, seguem-se suas ramificações de um comércio popular. Se pensarmos do ponto de vista do capitalismo internacionalizado, esse tipo de comércio tem escoado a produção de todas as formas.

Dentre os problemas que ameaçam a maior parte dos trabalhadores informais,

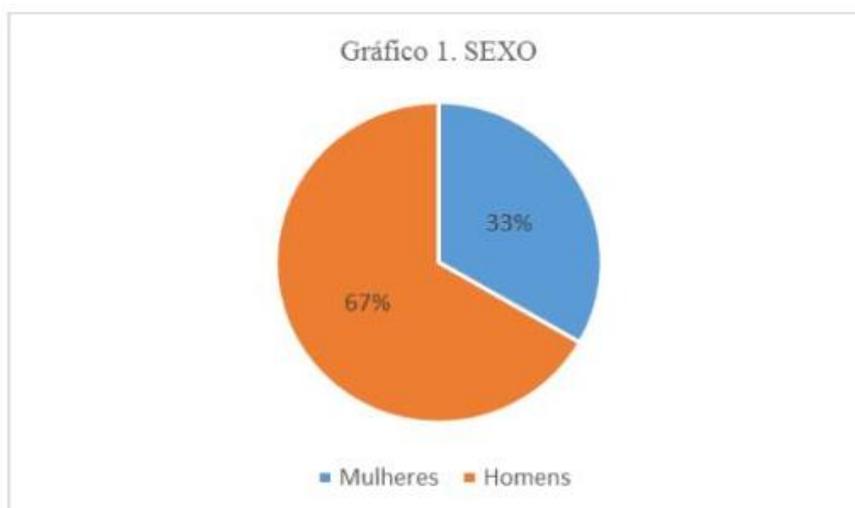
evidenciam-se como ocupações independentes, realizadas diante de condições de trabalho e renda oscilantes, como sendo a única fonte de saída possível para sua sobrevivência. De acordo com Santos (2010), afirma-se que:

[...] as características da informalidade no Brasil estão interligadas a problemas sociais como desigualdade e pobreza, uma vez que as pessoas que compõem a informalidade, em geral, são aquelas que não tiveram oportunidade de inserção no mercado formal (SANTOS, 2010, p. 17).

Ao mencionar problemas sociais, somos levados a tratar acerca de programas sociais, no momento destacaremos o Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal, é direcionado para as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O modo que a política pública opera é de superar tal situação de vulnerabilidade, assim o programa busca garantir minimamente as famílias direitos básicos, a saber: à alimentação bem como o acesso à educação e à saúde.

Em Santana do Ipanema, assim como em todo o país essa realidade não é diferente, e trazendo para a nossa investigação, a fim de verificarmos a presença desse tipo de benefício social, podem-se questionar se os feirantes recebem esse auxílio ou não? Acredita-se que podemos apontar caminhos para melhor compreendermos a importância do mesmo para garantir uma melhor qualidade de vida para o público em questão, no caso, os feirantes participantes da pesquisa. Vejamos abaixo uma análise dos dados coletados na pesquisa empírica, serão apresentados a seguir em forma de gráficos. Quando categorizamos por sexo:

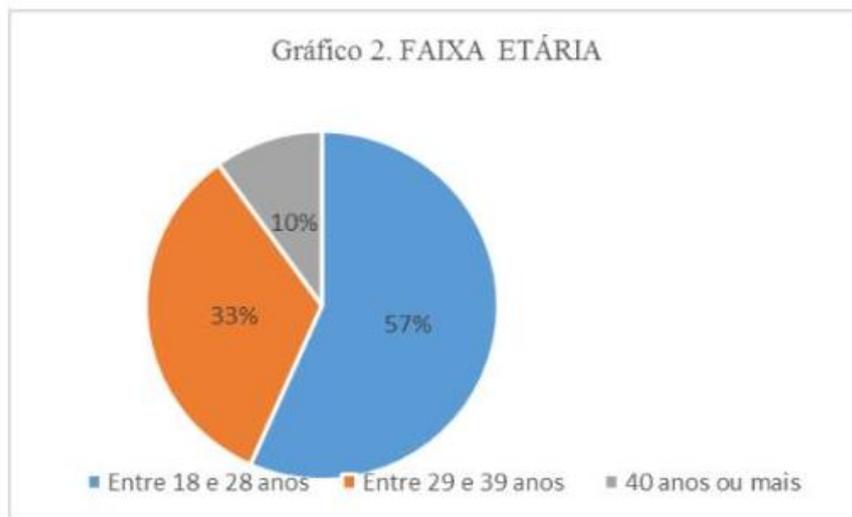
Gráfico 1-Trabalhadores informais por categoria de gênero



Fonte: elaborado pela autora, 2019

De acordo com o (Gráf. 1), observamos que a maioria dos feirantes é do sexo masculino, isso se dá devido ao fato que na maioria das vezes o homem fica responsável pelo sustento da família, enquanto que a mulher fica mais com tarefas ligadas a cuidar da casa e dos filhos, sendo que poucas delas vão para as feiras para ajudar na renda da família, havendo também algumas que se dedicam a outros trabalhos como serviços de manicure e cabelereira, por exemplo, sendo executadas essas tarefas tanto na própria casa, quanto no domicílio das clientes, o que não dispensa a venda de um serviço informal. De acordo com a faixa etária os respondentes, distribuem-se assim:

Gráfico 2 – Trabalhadores informais por categoria de idade



Fonte: elaborado pela autora, 2019

De acordo com o (Gráf. 2), nota-se que a maioria dos feirantes tem uma faixa etária potencialmente jovem, com idades entre 18 e 28 anos, isto é decorrente do fato que nessa faixa etária, os indivíduos apresentam melhores condições físicas para executar tais atividades, pois as mesmas exigem certo esforço físico. Diga-se de passagem, retomando o pensamento de Bourdieu (1998), um retrato do futuro de trabalhadores precarizados, relegados ao exército de reserva.

Gráfico 3 – Trabalhadores informais por categoria de relação entre esse e outros trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

De acordo com o (Gráf. 3), verificamos que apesar de todas as dificuldades enfrentadas nesse tipo de atividade a maioria dos trabalhadores ambulantes está satisfeita com o trabalho. Talvez até porque eles têm ciência da dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho formal. A seguir um dado importante, a questão da alfabetização:

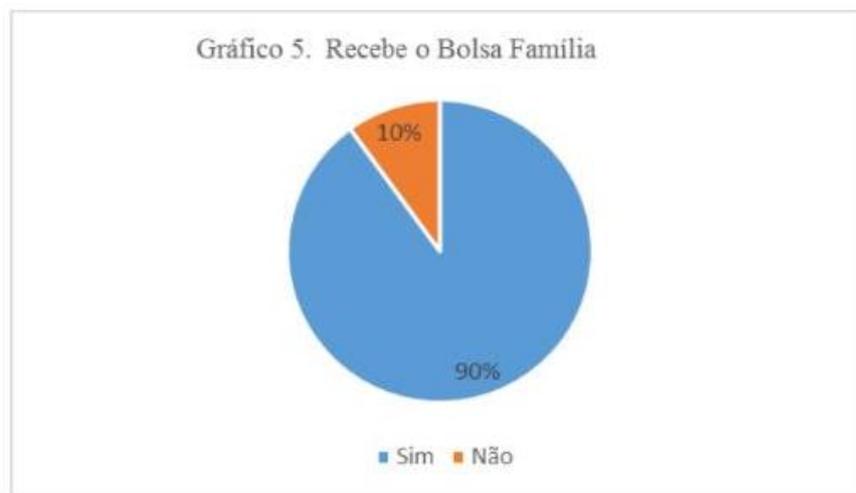
Gráfico 4 – Trabalhadores informais por categoria de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

De acordo com o (**Gráf. 4**), percebemos que é bem variável o grau de instrução dos feirantes, sendo que a maioria possui apenas o Ensino Fundamental completo, isso ocorre pelo fato de que muitos deles abandonaram os estudos cedo e ingressaram no mercado informal, por não acreditarem mais na possibilidade de conseguir um emprego formal, assim dedicam-se exclusivamente ao trabalho informal. Em se tratando da questão da transferência de renda:

Gráfico 5 – Trabalhadores informais que recebem ou não transferência de renda através do PBF



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

De acordo com o (**Gráf. 5**), observamos que a maioria dos feirantes são beneficiários do Programa Bolsa Família, o que mais uma vez reforça a ideia de que eles enfrentam uma grande questão social, que é justamente a baixa renda e consequentemente dificuldade em prover uma vida minimamente confortável para suas famílias.

No que diz respeito as políticas públicas, podemos destacar que o setor informal é composto por dois grupos que apresentam condições de trabalho diferenciadas: autônomos, que são as pessoas que trabalham por conta própria, ou ainda pequenos empregadores, e os trabalhadores assalariados ou não. Assim, as ações do governo devem estar voltadas de maneiras diferentes para cada um desses grupos de trabalhadores, de modo a fortalecer pequenos empreendimentos e o trabalhador por conta própria, aperfeiçoando o setor

burocrático no sentido de conduzir e fiscalizar a aplicação das leis laborais referentes às atividades. Na concepção de política pública:

Política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destruídos, devendo voltar-se à distribuição de renda e elevação da equidade social. Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se a percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica da acumulação capitalista (SILVA, 1997, p. 75).

Os comerciantes informais objeto de estudo, encontram-se distribuídos pela área central da cidade e estão localizados em pontos fixos, possuem um perfil diversificado, sendo caracterizado pela presença de homens e mulheres de diferentes idades, escolaridades e naturalidades. De acordo com os diálogos traçados no roteiro das entrevistas, o principal motivo apresentado pelos respondentes para terem como opção o comércio informal foi a dificuldade de conseguirem emprego formal; as únicas barreias observadas à entrada nesse setor foram em primeiro lugar a dificuldade de estabelecer-se em um ponto de venda bom, devido à concorrência que cresce cada dia mais e também após algumas mudanças impostas pela Prefeitura Municipal nos locais onde ficam as bancas, o que os obrigou a alocar-se novamente da melhor forma possível nas ruas para as quais foram destinados, e em segundo lugar a dificuldade refere-se à necessidade de um pequeno capital inicial.

As mulheres entrevistadas alegaram que o motivo principal pelo qual escolheram trabalhar na feira foi a necessidade de auxiliar no complemento da renda da família.

Notamos também indícios de que a situação das mulheres continua muito desfavorecida, fato que vem ocorrendo ao longo de toda sua vida adulta. Somente a reabilitação no mercado de trabalho não é o bastante para mudar significativamente as desigualdades de gênero presentes nesse meio. Tais desvantagens são observadas em questões como desemprego, salário, grau de formalização do trabalho e renda. As maiores questões no sentido de alcançar melhoras significativas nesses aspectos estão relacionadas a situação socioeconômica inferiores de algumas famílias, o que as impede inclusive de que participem ativamente da atividade econômica. Algumas que o conseguem são retidas ao emprego informal, com destaque ao serviço doméstico remunerado sem carteira de trabalho assinada.

A reprodução da informalidade é diretamente ligada ao tipo de desenvolvimento adotado na região, porém transformou-se em um problema preocupante na atual fase do desenvolvimento, ou falta dele. Com o crescimento dos níveis de desemprego e o aumento do tempo de procura por trabalho, observamos a diminuição dos indivíduos em ocupações no

setor formal. O quadro geral do mercado de trabalho da cidade de Santana do Ipanema demonstra um baixo dinamismo, com os altos índices de desemprego e rendimentos baixíssimos, onde observam-se com frequência as relações informais de trabalho como ocupações e atividades precárias. No que tange a interface da informalidade ao acesso aos meios de produção, implica na precarização da própria vida:

Porém, olhar para o precarizado implica incluir uma enorme diversidade de situações, as quais nem sempre são exclusivamente negativas (embora a esmagadora maioria o seja). Aquilo que une o precarizado são os salários tendencialmente baixos e a insegurança no emprego; mas particularmente esta última característica inibe a construção de uma identidade socioprofissional e a ideia original de carreira (enquanto percurso contínuo ao longo da vida). Deste ponto de vista a precariedade é um processo de *profissionalização falhada*. Para, além disso, o trabalho precário não oferece mobilidade ascendente e isso é profundamente desmotivador. (AREOSA, 2017, p. 245-246, grifo do autor).

Destacamos que o comércio de Santana do Ipanema dispõe de cerca de 500 lojas, em decorrência do crescimento da cidade nos últimos anos foram abertas vários estabelecimentos comerciais, tais como: farmácias, lanchonetes, sorveterias, lojas franquizadas, panificadoras, bares, restaurantes, lojas de móveis e eletroeletrônicos, mercadinhos e supermercados. Mas curiosamente uma grande rede de supermercado fechou e outra com franquia internacional instalou-se.

Dispondo assim de um comércio amplamente variado, o qual atende diversas cidades circunvizinhas, e por sua localização privilegiada, conta também com várias agências bancárias: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Bradesco.

O comércio da cidade também conta com uma feira livre, a qual é capaz de atender as demandas do povo santanense, que é realizada às quartas, sextas e sábados, contando com uma expressiva movimentação e grande diversidade de produtos ofertados, em função disto o comércio de Santana do Ipanema pode ser comparado aos grandes centros comerciais do Estado de Alagoas.

Podemos observar que o comércio informal na feira livre representa uma significativa posição de destaque entre as atividades econômicas, não representando assim somente o pequeno produtor que traz apenas sua produção caseira para comercializar na feira, como também representa uma ponte para o comércio de várias mercadorias advindas das mais variadas origens, algumas delas até ilegais inclusive, como no caso por exemplo da pirataria amplamente comercializada nessa região.

Neste transcurso do trabalho de campo, observamos que o ambiente da feira livre é cheio de cores e bastante movimentado, o colorido bonito fica por conta das frutas e verduras

que iluminadas pela luz do sol através das frestas nas lonas das bancas ficam ainda mais chamativas, o que é muito bom por atrair os fregueses. Não obstante, ao tratarmos a feira livre como um território de disputas por espaços. No tocante a falta ao ordenamento espacial para distribuição das bancas, destacam-se duas imagens reproduzidas abaixo como exemplo do que já foi citado anteriormente, que ressoa e destoa na feira. Primeiro o problema emblemático, tem-se uma banca de fumo de corda, produto ainda bastante procurado, em especial por pessoas mais idosas em sua maioria da zona rural. Ao centro temos uma banca de produtos importados, que são consumidos geralmente por pessoas mais jovens. E por fim uma banca de banana e melancia. Nesta desarmonia visual, paradoxalmente, observa-se aí um claro exemplo de que na feira não há distinção de classes, pois convivem lado a lado os mais diversos produtos que serão consumidos por diferentes públicos. A perpetuação da informalidade é levada a cabo por distorções na oferta e comercialização dos produtos:

Figura 4 – Bancas: fumo, variedades e alimentos



Fonte: Autora, 2019.

Figura 5 – Banca de calçados e utensílios



Fonte: Autora, 2019.

Nesta segunda imagem notamos mais uma vez a variedade de produtos ofertados na feira livre, mas sem nenhuma separação por setores, pois no mesmo lugar onde são vendidos calçados, são vendidos também baldes e bacias, bem como produtos importados. É possível observar que em meio a tudo isto, convivendo-se além das bancas, os vendedores que expõem suas mercadorias somente sobre uma lona no chão, ambulantes que expõem suas mercadorias em tábuas em cima de caixotes ou em carroças espalhadas pela feira. Há ainda os meninos que trabalham carroçando, ou seja, carregando as compras das pessoas. O que denota exploração do trabalho infantil, outro tema complexo que não iremos tratar neste estudo.

Neste imagem específica, a forma que são alocados os espaços de comercialização acabam atrapalhando o fluxo e o marketing dos esmaecimentos formais.

Os consumidores geralmente costumam circular bastante pela feira examinando as mercadorias, pechinchando e adquirindo os produtos que mais são agradáveis aos seus olhos e aos seus bolsos principalmente. Há também aquelas pessoas que já são fregueses certos em algumas bancas que de tanto virem toda semana comprando sempre ao mesmo feirante criam-se vínculos de amizade.

Notamos também que algumas bancas são de pessoas da mesma família, por exemplo, podemos encontrar feirantes em diversos pontos da feira que trabalham com determinados produtos, especialmente frutas e verduras, que são componentes de uma mesma família, essa é também uma espécie de estratégia adotada por eles para poderem atender ao maior número de consumidores possível.

As relações sociais de produção são ressignificadas o todo tempo. E o sujeito social

acaba participando como produto do próprio meio. Na feira livre os trabalhadores ambulantes não têm um papel de atores coadjuvantes, mas de personagens importantes para um mundo capitalista que pertence tão somente aos comerciantes. Neste cenário, reconhece-se que ao mesmo tempo em que existe um desencanto pelo trabalho informal, mas a tensão imposta pelo desemprego torna-se uma reação em cadeia que acaba subordinando os trabalhadores a atividades profissionais não qualificadas, precarizadas.

4 VOZES DA INFORMALIDADE: construindo a política da narratividade

A articulação entre os setores formal e informal é bastante significativa, existe uma extensa variedade de produtos sendo vendidos no comércio ambulante como por exemplo: alimentos, roupas, calçados, CD's, utensílios domésticos, cigarros, óculos, entre tantos outros. Ressaltamos que a rede de comercialização desses produtos são provenientes do setor formal ou até mesmo do próprio setor informal. Para reforçar o que foi dito faz-se necessário procurar saber se tais mercadorias são produzidas de forma artesanal ou são oriundas de lojas ou fábricas, observando-se a partir daí até que ponto se dão as relações entre esses dois setores:

Num certo sentido, o mercador ambulante de hoje pode ser associado àquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. O espírito farejante desses mercadores permanece presente nos dias de hoje, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior influência (COSTA, 1989, p. 31).

Notamos aí que o comércio ambulante funciona como sendo uma espécie de intermediário entre o setor formal e o consumidor final, de modo que os vendedores ambulantes vão para as lojas ou fábricas para adquirirem as mercadorias para posteriormente venderem esses produtos neste comércio popular. Segundo Cacciamali (2000):

A economia informal pode representar fenômenos muito distintos, como a evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. Essa compreensão díspar, contudo, representa um denominador comum no imaginário e na comunicação entre as pessoas: são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais. Assim, as recorrentes menções a este tema no momento presente refletem as dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento (CACCIAMALI, 2000, p. 155).

Em relação, a origem das mercadorias do comércio ambulante em Santana do Ipanema, observa-se que no caso dos feirantes que vendem frutas e verduras, alguns deles trazem a própria produção caseira para vender na feira, outros além da produção própria também adquirem mercadorias para revenda em uma distribuidora local e ainda há outros que vem do município de Rainha Isabel (PE) com sua produção para a venda na feira local. Os demais feirantes que trabalham com roupas, utensílios e pirataria por exemplo, adquirem a maioria de suas mercadorias nas cidades de Arapiraca (AL), Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, essas últimas, são cidades do Estado de Pernambuco, e uma pequena

parcela também adquire alguns produtos, principalmente relacionados a artigos de cama, mesa e banho, na cidade de Tobias Barreto (SE).

Com relação aos recursos utilizados para a aquisição de mercadorias pelos vendedores ambulantes são em sua maioria recursos próprios, podendo algumas vezes recorrerem as linhas de crédito em especial ao Credi amigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que é um Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, que tem como objetivo principal facilitar o acesso ao crédito a empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia.

Para finalizar a análise dos vínculos entre os setores formais e informais no comércio ambulante, podemos afirmar que estes vínculos só ocorrem devido as razões que levam os trabalhadores a recorrer a esse tipo de atividade, com destaque para fatores como a intenção de ganhar mais no setor informal que no setor formal, poder ter mais autonomia quanto a forma de trabalhar, os dias, horários e locais nos quais deseja trabalhar e também a facilidade de inclusão nesse ramo. Conforme cita Yázigi (1997)

Por ser economia de rua, depende, como é natural, exclusivamente do espaço público. Deste ângulo, não pagam aluguéis, mas apenas taxas municipais, quando são legalizados. Nesta territorialidade, caracterizam-se ainda, em variados casos, por nomadismos: conforme o calendário de eventos, deslocam-se para onde há concentração de pessoas, conforme o horário de entrada-saída: jogos de futebol, escolas etc. Em alguns casos, há continuidade noturna. Estes são os genuínos ambulantes (YÁZIGI, 1997, p. 110).

Tais aspectos são facilmente observados a partir do momento em que vemos um maior fluxo de ambulantes nas ruas, especialmente em períodos festivos, o que aquece os mercados, tanto informal, quanto formal, observamos ainda, não no caso específico da feira, mas em alguns casos isolados, a presença dos ambulantes, em especial os que vendes lanches como balas, água, doces e pipocas, próximo as escolas e ainda próximo as quadras esportivas ou ao pequeno estádio que há na cidade, em dias de eventos esportivos.

Diante dos fatos elencados, propõem-se dialogar com alguns sujeitos da pesquisa. A primeira pergunta correspondente aos feirantes, é se eles gostariam de mudar de trabalho. Obtivemos as respectivas respostas que serão apresentadas no quadro abaixo, lembrando-se que os nomes atribuídos aos dialogantes são fictícios.

Tendência da reprodução do Trabalho**Brenda, 22**

Com certeza.

Rebeca, 20

Na verdade, nunca pensei nisso desde que comecei a trabalhar foi na feira, então já estou acostumada.

Caio, 34

Na verdade, eu não gostaria de mudar de trabalho não, esse está bom demais, para mim está “top”.

Ricardo, 33

Nunca apareceu oportunidade aqui, mas também eu nunca procurei, mas se eu procurasse acho que com certeza eu poderia arrumar só que é difícil. Mas eu gosto desse trabalho porque não tem coisa melhor de que ser independente, trabalhar para você mesmo, eu chego a hora que eu quiser, saio a hora que eu quero e não tem patrão para mandar em mim.

Eliza, 45

Para ser bem sincera a você, eu não queria não, porque eu não tenho estudo e hoje em dia até quem tem muito estudo anda por aí “se batendo” atrás de arrumar emprego e não acha, imagine eu que mal sei assinar o nome, então é melhor eu estar aqui mesmo vendendo minhas coisinhas e ajudando meu marido nas despesas da casa e comprando minhas coisas que eu quero sem precisar estar pedindo tudo que eu precisar eu mesma conquisto.

Manuela, 38

Ah, gostaria muito eu sempre procuro outro emprego, mas não consigo por causa dos estudos que tenho pouco, só fiz até a quarta série, aí isso hoje em dia não vale quase de nada, só arrumo em casa de família, mas como meu marido não deixa, o jeito é eu ficar por aqui mesmo até o dia que der certo.

Rodrigo, 29

Eu bem que queria mudar de trabalho, mas esse é a única coisa que eu posso fazer no momento é dar uma opção de melhoras no meu trabalho, se o meu patrão aceitasse era muito bom, uma opinião é sempre melhor e ver e analisar seria ótimo.

Alexandre, 25

Não, para mim está bom assim.

Pedro, 38

Sim, queria muito, mas é difícil aqui.

Matheus, 45

Penso sim, a profissão de pedreiro eu já tenho só falta a oportunidade de pegar um serviço bom.

Muitas das vezes a opção por trabalhar no comércio ambulante vem a ser uma alternativa para a sobrevivência daqueles trabalhadores que encontram dificuldades de integração junto ao trabalho formal, seja por questões de pouco nível de instrução ou pela concorrência que a cada dia cresce mais devido a diminuição da oferta de postos de trabalho formal. Segundo Antunes (2008):

Quando se pensa, portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho compósito, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, 'incluídos e excluídos', temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. [...] se estamos vivenciando o avanço da chamada era da mundialização do capital, podemos presenciar também uma fase de mundialização das lutas sociais do trabalho, nelas incluídas as massas de desempregados que se ampliam em escala global. Desse modo, um desafio maior da humanidade é dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. Este é um desafio vital em nossos dias (ANTUNES, 2008, p. 11, grifo do autor).

A busca por respostas para esse cruel momento de crise vivido pelo capitalismo na atualidade, que de certa forma aprisiona grande parte da população em práticas degradantes de trabalho a fim de conseguir sua sobrevivência, bem como o alarmante crescimento da pobreza, e potencialmente do desemprego, são fenômenos que a cada dia torna-se mais presente na nossa sociedade. Num mercado de trabalho marcado pela heterogeneidade, grande flexibilidade e alta assimetria ocorre o favorecimento de uma demanda por esse tipo de mercado informal, o que ocasiona consideráveis alterações nas relações de trabalho existentes, destaque para o trabalhar precarizado.

Ao perguntarmos sobre o que levou os feirantes a esse trabalho, obtivemos as seguintes respostas:

A informalidade como patente da precariedade do trabalho

Brenda, 22

A dificuldade de encontrar um emprego fixo.

Rebeca, 20

Não ter de depender dos outros para garantir meu sustento todo mês, por mais que seja pouco e algumas vezes eu tenha algum prejuízo, mas para mim vale muito a pena trabalhar para mim mesma.

Caio, 34

Foi depois que cheguei de Propriá – Sergipe, comecei a trabalhar ajudava o pai do meu cunhado, vender melancia, essas coisas, eu não ia para aula para ir para feira e assim foi, até hoje trabalho com meu cunhado, gosto muito do meu trabalho.

Ricardo, 33

Quando a gente não tem oportunidade a gente inventa qualquer coisa, aí passou na minha mente num tempo a ideia de eu trabalhar na feira, aí arrumei as coisas e comecei na feira já que não tinha outro serviço, eu comecei a gostar e até hoje estou já faz uns 6 anos.

Eliza, 45

Eu planto minhas verduras no meu sítio e crio minhas galinhas, aí tive a ideia de trazer minha produção para a feira dia de sábado para poder vender e ganhar um dinheirinho extra para poder comprar coisas para mim e para minha família.

Manuela, 38

Comecei ajudando meu marido depois que me casei com ele e estou aqui até hoje, antes eu trabalhava em casa de família, mas como ele não deixou mais, eu vim ajudar ele na feira.

Rodrigo, 29

Uma grande necessidade

Alexandre, 25

É como eu falei, vem de família.

Pedro, 38

Depois que fiquei desempregado tive que arrumar o que fazer e essa foi a única opção que deu certo.

Acrescentamos ao quadro, a questão da falta de proteção do trabalhador no mercado informal, o que faz com que ele fique em situação de vulnerabilidade social, não possuindo assim garantias que estejam em conformidade com as leis, e ainda sem acesso às políticas

públicas, pois não existem políticas públicas específicas para essa demanda. Por não possuírem registros no Ministério de Trabalho e nem contribuírem com a Previdência Social, evidenciam-se que o trabalho informal é uma atividade econômica que não tem acesso aos direitos trabalhistas, ou seja, não proporciona garantias que um trabalho com carteira assinada poderia proporcionar, a exemplo de: décimo terceiro salário, férias remuneradas, Fundo Garantia do tempo de Serviço (FGTS), hora extra remunerada, licença maternidade/paternidade, seguro desemprego, entre outros direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No momento em que perguntamos aos feirantes o que eles esperavam com o trabalho na feira e o que eles acham que poderia ser melhorado para trabalhar na feira, eles afirmaram as seguintes narrativas:

Condições de Trabalho na informalidade

Brenda, 22

Espero conseguir pelo menos me manter dignamente. Melhoraria muito se organizassem melhor a feira para ficar cada tipo de mercadoria separada umas das outras.

Rebeca, 20

Espero que as feiras melhorem e que as pessoas tenham mais oportunidade de emprego para poderem vir gastar mais na feira.

Caio, 34

Espero que melhore mais a feira. A cidade tem que se desenvolver mais, tem que abrir empresas, lojas para dar trabalho ao pessoal para render dinheiro para a cidade.

Ricardo, 33

Acho que as bancas deviam ficar mais organizadas na rua, porque dia de sábado principalmente é tudo muito misturado e bagunçado, se fosse um negócio mais organizado era mais bonito e talvez até chamasse mais a atenção do povo para eles poderem ficar mais à vontade para comprar mais.

Eliza, 45

Espero que continue dando certo, porque me ajuda muito. Para melhorar a feira só se o povo tiver muito dinheiro para gastar bem muito e dar lucro a nós.

Manuela, 38

Espero que eu consiga sustentar meus filhos, porque já teve um tempo em que passamos fome e não desejo para ninguém que passe por essa situação.

Rodrigo, 29

Eu espero fazer um bom trabalho da minha parte, mas poderia ficar mais fácil se o pessoal colaborasse e limpasse seu local de trabalho para não prejudicar ninguém.

Alexandre, 25

Espero que continue dando certo porque é uma coisa que eu gosto de fazer e fico satisfeito. Para melhorar precisava só do pessoal comprar mais, mas o povo parece que está todo sem dinheiro, mas é assim mesmo, depois melhora mais.

Pedro, 38

Espero me manter. Nem sei o que dizer que é tanta coisa que precisava melhorar, vou dizer uma coisa só, organizar melhor para as pessoas não ficarem invadindo o espaço das bancas alheias principalmente dia de sábado que é mais cheio, todo mundo tem o direito de vender, mas ficar pegando a vaga dos outros não dá certo.

Matheus, 45

Espero que dê tudo certo para mim e para todos os colegas da feira. Para melhorar acho que se o pessoal conseguisse arrumar um serviço fora da feira era melhor que não ficava tanta concorrência e talvez a pessoa vendesse um pouco mais.

As políticas públicas são destinadas para atender as necessidades sociais que fazem parte dos direitos constitucionalmente garantidos, como por exemplo: educação, moradia, saúde, segurança e trabalho. As políticas públicas de emprego, trabalho e renda fazem também parte destes argumentos, objetivando possibilitar aos cidadãos acesso ao trabalho e à renda.

As políticas de mercado de trabalho que possuíam um papel marginal no âmbito da economia econômica keynesiana, na qual o eixo principal eram as políticas de estímulo à demanda agregada, passam a ser valorizadas juntamente com as políticas de abertura econômica e de estímulo à produtividade (DARES, 1997, p. 23).

Tais políticas destacam a obrigatoriedade do apoio para a formação de capital humano; de difusão de informações; de diminuição de desencorajamento ao trabalho; de variabilidade de mão-de-obra, de incentivo ao autoemprego e de ajustamento das negociações capital/trabalho para o plano individual e na esfera da empresa (BARBOSA e MORETO, 2006).

Foi perguntado também aos feirantes como é para eles trabalhar na feira de Santana do Ipanema, obtivemos as respostas a seguir:

O Trabalho informal é precarizado?

Brenda, 22

Acho muito cansativo e às vezes nem recompensa, mas preciso me manter.

Rebeca, 20

Bom, na feira tem dias que é bom e tem dias que é ruim, mas dá para tirar o sustento, algumas vezes dá prejuízo quando a feira é ruim e sobra mercadoria que acaba se desperdiçando.

Caio, 34

Eu acho muito bom, porque eu tenho muitos amigos, muitos conhecidos que vão comprar lá na banca e é legal porque a pessoa se diverte, conversa com um e conversa com outro, um chega e conversa, outro chega e conversa, para mim é “top” de mais trabalhar na feira.

Ricardo, 33

É à minha maneira de ganhar meu dinheirinho e sustentar minha mulher e minhas duas filhas, toda semana eu viajo para comprar mercadoria, o ganho é pouco, mas até agora está dando para viver.

Eliza, 45

É muito bom porque é um complemento na renda da casa.

Manuela, 38

Já foi melhor, hoje em dia não é muito bom não, cada dia que passa a feira é mais fraca, hoje trago a metade das mercadorias que trazia antigamente e ainda sobra, mas é o jeito, né! A pessoa que precisa tem que enfrentar a luta.

Rodrigo, 29

Para minha pessoa é uma felicidade, porque foi uma grande oportunidade que surgiu para mim depois que passei por um momento de grande dificuldade financeira na minha vida.

Alexandre, 25

É muito bom, é uma coisa que faço desde pequeno acompanhando meu pai e hoje tenho minha própria banca e quase todos meus irmãos e irmãs também trabalham na feira.

Pedro, 38

É um trabalho bem pesado que precisa a pessoa ter muita força de vontade para enfrentar todos os dias, além do esforço de montar e desmontar a banca todos os dias têm a temperatura também que esses dias está fazendo muito calor e pessoa fica ainda mais enfadado.

Matheus, 45

É uma precisão que a gente tem de sustentar a família e tem que trabalhar de qualquer coisa né, para não se apertar mais ainda do que já estamos. Eu também sou pedreiro e faço uns bicos de vez em quando, quando aparece.

Considerando que a economia informal vem crescendo mais rapidamente que a economia formal e que dessa forma os recursos estão sendo transpostos para a informalidade, sendo esse um efeito que pode estar sendo causado pela alta carga tributária aplicada no país, logo percebemos que os dados oficiais relacionados ao crescimento econômico não são capazes de avaliar de fato o real crescimento da economia. Deste modo, podemos perceber que um crescimento rápido da economia informal induz a uma redução da velocidade da produtividade verificada através de dados oficiais. É inegável que existe uma subnotificação.

Além disso, o indicador de crescimento que é observado através dos dados oficiais, os quais o governo leva em conta no momento da elaboração de políticas públicas econômicas, certamente está levando em conta esses dados oficiais para sua formulação, o que traz como consequência uma possível leitura que não condiz totalmente com a realidade que está sendo vivenciada no atual momento econômico.

Tais fatos são comprovados ao observarmos que a informalidade chega a 41% e o número de trabalhadores com carteira assinada diminui 3,2 milhões, os rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada caíram de R\$ 2215 para 2203, uma queda de R\$ 12 reais ou -05%, entre 2018 a 2019. Já os trabalhadores sem carteira assinada este valor subiu de R\$ 1377 para 1415, ou R\$ 38 ou +2,8% no mesmo período, Em 2019, os trabalhadores com carteira assinada recebem R\$ 788 ou 35% a mais do que não tem carteira assinada, como aponta Rodrigues (2020).

Logo faz-se necessário que haja por parte do poder público um maior interesse em analisar tais questões, para somente assim poder formular e implementar políticas públicas realmente eficazes no sentido de atender as demandas da população. Esta constatação nos obriga afirmar o desafio que os trabalhadores informais tendem a enfrentar diariamente, por isto:

A intervenção estatal sobre o Setor Informal também merece considerações. Aprender a trabalhar e manter-se no setor Informal exige liderança, criatividade, desembaraço e até agressividade em determinadas circunstâncias. O indivíduo, de posse de instrumento de trabalho, organiza-se e ocupa parte do espaço econômico em função destas características. É neste espaço que ele vai ter de suportar a concorrência dos capitalistas assalariados que podem vir a penetrar o seu mercado. É o dia-a-dia que lhe confere a aptidão para manter-se no exercício deste trabalho (CACCIAMALI, 1982, p. 39).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pedra de toque que implica o aparecimento dos trabalhadores ambulantes é a condição de empregabilidade diante de um mercado de trabalho em crise constante e com pouca receptividade da força de trabalho. Por outro lado, entende-se que a informalidade emprega uma diversidade de outras formas de reprodução social. A partir do trabalho na feira livre foi possível observar as transformações sofridas pela economia do município de Santana do Ipanema – Alagoas, e conseqüentemente sua influência sobre as famílias, principalmente da classe com baixo poder aquisitivo. Sabemos que o processo de informalidade não é visto somente em metrópoles, como também nas pequenas cidades, como é o caso da área do estudo, onde as atividades informais contribuem para a sobrevivência das famílias da região, por permitir o aumento da renda e a entrada de novos trabalhadores que possuem dificuldade de ingressarem no mercado formal.

A atividade informal possui grande importância para a reprodução econômica e social de algumas várias famílias. Desta forma, as atividades comerciais informais atendem às expectativas de um determinado grupo que possibilita o aumento da renda familiar, além de serem estratégias de progresso social em espaços formados por relações de confiança e parentesco. Portanto, através da afirmação que existem muitas famílias associadas as práticas do comércio informal, se faz muito importante que este setor da economia seja melhor compreendido, uma vez que não é possível a sua negação ou invisibilidade na paisagem

De outro modo, logo, deve ser analisada de maneira profunda, ou seja, procurar entender como se dão as atividades resultantes do problema do número de desempregados que impactam diretamente na economia municipal. Pontuamos que ao considerar a feira livre com estas especificidades, pode-se ser incentivado e cobrado do governo a promoção de políticas públicas capazes de oferecer melhores condições para que as famílias possam adentrar com menos dificuldade no mercado de trabalho formal.

O comércio informal manifesta as características da vida urbana, evoluindo-se segundo as relações econômicas e sociais de determinados espaços, desta forma sua supressão representa ignorar os motivos que levaram ao seu surgimento. Mais do que isso, pode-se afirmar que nessa hipótese representaria o não reconhecimento da função que ele desempenha na produção e afirmação social, simbólica e cultural de grande parte da população brasileira, mais especificamente do povo santanense.

Enfim, apesar das condições precárias de trabalho, a informalidade vem se mostrando como uma opção para muitas famílias preservarem sua sobrevivência e essa problemática propicia a abertura de um leque de questionamentos que podem ser tratados em futuros trabalhos acerca do tema.

Dito isto, conclui-se que ao ser frequentadora assídua da feira, pode-se fomentar via gestores, trabalhadores e comerciantes da feira, um reordenamento espacial no local, a simples separação das mercadorias por áreas de interesses, o que facilitaria a locomoção tanto dos clientes quanto dos próprios feirantes, e também a questão da estética que seria também bem mais atraente.

É perceptível que não existe uma área específica para a comercialização de um tipo de produto, ficando assim misturado com todos os outros tipos de mercadorias que são comercializadas na feira, essa seria uma questão importante de se resolver não só pela estética da feira, mas como também para poder facilitar para a população em geral tanto vendedores quanto compradores saberiam exatamente onde encontrar cada tipo de mercadoria, o que tornaria a feira bem mais prática e bonita de se ver.

Infelizmente não notamos nenhum interesse por parte do poderes constituídos e a sociedade civil organizada em intervir nessas questões para solucionar essas demandas, enquanto isso as coisas tendem a continuar como estão, não é interessante para esse trabalho ater-se a questões políticas, mas lança-se aqui um raciocínio para possíveis estudos futuros relacionados a esta área urbana da cidade de Santana do Ipanema – Alagoas.

REFERÊNCIAS

- AREOSA, J. Capitalismo e precarização do trabalho. In: Luísa Veloso *et al.* (Org.). **Anarquismo, trabalho e sociedade**. Coimbra: Almedina, p. 239-269, 2017
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol.28, nº 81, São Paulo, Maio/Agosto, 2014.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho** – São Paulo, 2008.
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Santana do Ipanema**, Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santana-do-ipanema_al Acesso em: 5 mar. 2019.
- BRASIL. Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em mai. 2021
- BARBOSA, A. F.; MORETO, A. As políticas de mercado de trabalho nos países desenvolvidos: tendências recentes. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. **Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido**. População e trabalho. Campinas: UNICAMP/IE, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. (Tese em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1982.
- CAMPOS, S. S.; SOBRINHO C. de S. **História do Município**. 2001. Disponível em: <http://www.maltanet.com.br/santanadoipanema/dados/historia.php> Acesso em: 12 jan. 2020.
- COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nova Estella/Edusp, 1999.
- DARES. **La politique de l' emploi**. Paris: La Découverte, 1997.
- GUIMARAES, I. B. **Trabalho familiar e participação familiar**. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 35, n.1, p. 36 – 46, 2002.
- Lei Mun. Santana do Ipanema/AL 747/06** - Lei do Município de Santana do Ipanema/AL nº 747 de 26.12.2006

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Editora Ática. 16 ed. , 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana**. Brasília, DF: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. Brasília, DF: Diretoria de Pesquisas, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santana do Ipanema História & Fotos, 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/santana-do-ipanema/panorama> Acesso em: 6 jan. 2020.

MONTALI, L. Relação família – trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, abr./jun. 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO. **A OIT e a Economia Informal**. São Paulo: Organização Internacional do Trabalho, 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf. Acesso em mai. 2021.

Plano Diretor de Santana do Ipanema - Lei n° 744/2006. Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema – Alagoas, 2006.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RODRIGUEZ, E. Informalidade chega a 41% e número de trabalhadores com carteira assinada diminui 3,2 milhões. **Jornalistas Livres**, 2020. Disponível em: https://jornalistaslivres.org/informalidade-chega-a-41-e-numero-de-trabalhadores-com-carteira-assinada-diminui-32-milhoes/?fbclid=IwAR1KuCs_wHBukWdL6LPhXsXX4 Acesso em: 25 mar. 2020.

SABOIA, J. ; SABOIA, A. L. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, junho de 2004.

SILVA, M. O. S. S. **Avaliação das políticas sociais: concepção e modelos analíticos**. **Serviço social e sociedade**, n° 53, São Paulo. Cortez, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TICILIANE. Santana do Ipanema, a Santa Ana da Ribeira do Panema. **História de Alagoas**, 21 set. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/santana-do-ipanema-a-santa-ana-da-ribeira-do-panema.html>. Acesso em: 25 fev. 2020.

YÁZIGI, E. **O Mundo das Calçadas – Por uma política de espaços públicos em São Paulo**. Livre Docência (Tese), São Paulo, FFLCH/USP, 1997.